

Demonstrações Financeiras

Biotérmica Energia S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Biotérmica Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Biotérmica Energia S.A.
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Biotérmica Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia, para fins do seu processo de geração de energia, depende exclusivamente do fornecimento do biogás, o qual é realizado pela parte relacionada CRVR Riograndense Valorização de Resíduos S.A. (“CRVR”). Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Building a better
working world

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wallace', with a stylized flourish extending to the right.

Wallace Weberling Pereira
Contador CRC SP-230870/O

Biotérmica Energia S.A.

Balço patrimonial

para os exercícos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
	Explicativa				Explicativa		
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.465	3.803	Fornecedores	15	2.604	1.858
Contas a receber de clientes	11	1.161	2.310	Empréstimos e financiamentos	16	14.746	11.636
Estoques	12	1.160	781	Salários, benefícios e encargos sociais		279	213
Impostos a recuperar	13	977	836	Impostos, taxas e contribuições		312	452
Outras contas a receber		58	50	Dividendos a pagar	18	807	823
Adiantamento a fornecedores		14	7	Outras contas a pagar		206	73
Total do ativo circulante		4.835	7.787	Total do passivo circulante		18.954	15.055
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:				Mútuos a pagar a partes relacionadas	17	9.558	8.456
Ativo fiscal diferido	20	43	5	Empréstimos e financiamentos	16	29.228	37.702
		43	5	Provisões	19	64	-
				Total do passivo não circulante		38.850	46.158
Imobilizado	14	51.632	57.977	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		51.632	57.977	Capital social	21	7.860	10
				Capital social a integralizar		(2.600)	-
				Reserva legal		2	2
				Reservas de Lucros		-	4.544
				Prejuízos acumulados		(6.556)	-
Total do ativo não circulante		51.675	57.982	Total do patrimônio líquido		(1.294)	4.556
TOTAL DO ATIVO		56.510	65.769	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		56.510	65.769

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	22	15.557	23.588
Custo dos serviços prestados	23	(19.687)	(14.608)
Lucro (prejuízo) bruto		(4.130)	8.980
Receitas e despesas operacionais			
Despesas comerciais	24	64	112
Despesas administrativas	25	(719)	(515)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	1.311	(115)
Receitas e despesas operacionais líquidas		656	(518)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(3.474)	8.462
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	27	247	540
Despesas financeiras	27	(7.911)	(8.369)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(7.664)	(7.829)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(11.138)	633
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	20	-	(118)
Diferido	20	38	(50)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(11.100)	465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(11.100)	465
Total do resultado abrangente da Companhia	(11.100)	465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Capital social a integralizar	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	10	-	2	4.265	-	4.277
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	465	465
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	279	(279)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(186)	(186)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	10	-	2	4.544	-	4.556
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(11.100)	(11.100)
Aumento do capital social – nota explicativa 21	7.850	(2.600)	-	-	-	5.250
Absorção de prejuízo	-	-	-	(4.544)	4.544	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	7.860	(2.600)	2	-	(6.556)	(1.294)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2024	2023
Das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(11.100)	465
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciações	14	4.154	3.243
Baixa de imobilizado	14	116	-
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos	16	5.816	7.296
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	17	1.249	141
Provisão para crédito liquidação duvidosa	11	-	(131)
Provisão para contingências	19	64	-
Provisão de imposto de renda e contribuição social	20	-	118
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	(38)	50
Aumento / Redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes	11	1.737	495
Partes relacionadas	17	1.662	(87)
Impostos a recuperar		(141)	(49)
Estoques		(379)	(464)
Outras contas a receber		(8)	73
Adiantamento a fornecedores		(7)	1.076
Aumento / Redução nos passivos operacionais			
Fornecedores	15	(506)	(1.024)
Partes relacionadas	17	1.252	484
Salários benefícios e encargos sociais		66	67
Impostos taxas e contribuições		(140)	(20)
Outras contas a pagar		133	(1)
Caixa proveniente das operações		3.930	11.732
Pagamento de impostos sobre o lucro		-	(752)
Mútuos passivos - juros pagos	17	(147)	(15)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	16	(4.404)	(6.543)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(621)	4.422
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	14	(24)	(16.121)
Venda de ativo imobilizado	14	2.099	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		2075	(16.121)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Mútuos passivos – captação	17	-	8.907
Mútuos passivos – pagamento de principal	17	-	(577)
Empréstimos e financiamentos – captação	16	3.373	7.283
Empréstimos e financiamentos – pagamento de principal	16	(10.149)	(7.249)
Dividendos pagos	18	(16)	(56)
Aumento de capital social	21	3.000	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(3.792)	8.308
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(2.338)	(3.391)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	10	3.803	7.194
No final do exercício	10	1.465	3.803
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(2.338)	(3.391)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Biotérmica Energia S.A. (“Companhia”), com sede no endereço Rod. BR 290, S/N, KM 181 Parte, Coréia, Minas do Leão - RS., foi constituída para exercer as atividades de geração e comercialização de energia elétrica.

O início de atividade operacional ocorreu no segundo semestre de 2015 na unidade de produção de energia termelétrica no município de Minas do Leão – RS, em 2022 nos municípios de Victor Graeff – RS e Giruá – RS e em 2023 em Santa Maria – RS, gerando eletricidade a partir do biogás do resíduo sólido urbano (RSU) depositado no aterro sanitário administrado pela CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A., regulamentada através da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler – FEPAM outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e comercializada na CCEE – Câmara de Comércio de Energia Elétrica (Outorga da ANELL e Licença de Operação Fepam).

A ANEEL concedeu autorização para o início de operação comercial por meio do processo nº 2.055/2015 e autorizada de acordo com a Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.897 de 17 de maio de 2011, com validade de 30 anos, a partir dessa data.

A média mensal de energia gerada, considerando as 4 unidades foi de 5,5 MWm na unidade de Minas do Leão, 0,68 MWm na unidade de Giruá, 0,71 MWm na unidade de Santa Maria e 0,73MWm na unidade de Victor Graeff; enquanto a média mensal de energia comercializada foi de 4,2 MWm na unidade de Minas do Leão, 0,68 MWm na unidade de Giruá, 0,71 MWm na unidade de Santa Maria e 0,73MWm na unidade de Victor Graeff, onde 100% foi vendido por meio de contratos bilaterais. Não havendo contrato bilaterais a Companhia pode comercializar 100% da energia gerada no mercado livre.

A Companhia tem implementado os planos de ação para a revisão da gestão operacional que permitam melhorar a geração de energia nos ativos existentes, assim como na equalização dos custos e busca por oportunidade de mercado na negociação de energia para que possa reestabelecer sua lucratividade operacional. Somado a estas ações, são avaliados um possível aporte de capital pelos acionistas para suprir qualquer eventual necessidade de recursos para quitar as obrigações de curto prazo da Companhia.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho financeiro e operacional e os fluxos de caixa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2025.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Estimativas contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº14 – Imobilizado: Estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao longo do exercício não ocorreram transferências na hierarquia do valor justo na Companhia.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

6. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas subsequentes:

- a. Receita de contrato com cliente
- b. Receitas financeiras e despesas financeiras
- c. Benefícios a empregados
- d. Imposto de renda e contribuição social
- e. Estoques
- f. Ativo imobilizado
- g. Ativo intangível
- h. Instrumentos financeiros
- i. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)
- j. Provisões

a. Receita de contrato com clientes

A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de prestação de serviços.

Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Receita de serviços prestados - Valorização energética

As receitas com a venda de energia elétrica renovável são produzidas dentro do conceito de geração de energia limpa e sustentável, utilizando como combustível o biogás de aterros sanitários.

A Companhia registra os valores contratuais no sistema de contabilização da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e a compradora deverá validar o registro para que ocorra a transferência pela vendedora à compradora de todos os direitos sobre a energia no ponto de entrega de acordo com as regras e procedimento de comercialização entre as partes.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre financiamentos, despesas bancárias, descontos concedidos e custos de financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição.

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Participação nos lucros

A Companhia Solví reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

e. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas (almoxarifado) - custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração (sucata) - custo dos materiais diretos e mão de obra.

f. Imobilizado

Reconhecimentos e mensuração

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, deduzido de depreciação acumulada e a provisão de perda pelo valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear e para os geradores de energia, é utilizado o método de capacidade utilizada, por meio da quantidade de horas de operação dos geradores de energia. A depreciação não excede ao período de autorização comercial concedido pela ANEEL. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº12.

A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para apropriar de forma sistemática o valor depreciável, dos quais a Companhia utiliza o método de horas trabalhadas para a Usina Termelétrica e o método de linha reta (linear) para os demais ativos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Custos de empréstimos

Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos.

A entidade deve cessar a capitalização quando substancialmente todas as atividades necessárias ao preparo do ativo estiverem concluídas.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g. Ativos intangíveis

a) Softwares

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela vida útil estimada dos bens.

b) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

O grupo de contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja das contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

ii. Classificação e mensuração subsequente Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar, irrevogavelmente, por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior o que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado, as cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 em suas demonstrações financeiras.

Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

i. Redução ao valor recuperável (Impairment)

a. Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso para os títulos de clientes privados.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma), ou;
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Biotérmica espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- Desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

j. Provisão

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante.

7. Novas normas e interpretações

7.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações à IAS 7 — Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 — Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores

As alterações à IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações têm como objetivo melhorar a transparência das informações financeiras, com foco na divulgação mais detalhada dos acordos de financiamento de fornecedores. Esses ajustes visam proporcionar maior clareza sobre as transações nas quais os fornecedores oferecem crédito, mas com características específicas que impactam a liquidez e os pagamentos da entidade.

A IAS 7, que regula a apresentação dos fluxos de caixa, sofreu uma modificação importante no que diz respeito aos acordos de financiamento de fornecedores. As alterações exigem que as entidades divulguem mais informações sobre a natureza dos fluxos de caixa relacionados a tais acordos, especialmente quando houver uma diferença significativa entre a data de pagamento e o momento da entrega de bens ou serviços. Esse ajuste busca aumentar a transparência sobre os fluxos de caixa operacionais e financeiros, permitindo que os usuários das demonstrações financeiras compreendam melhor a posição de liquidez da entidade.

Por sua vez, o IFRS 7 foi ajustado para exigir informações adicionais sobre os termos e condições dos acordos de financiamento de fornecedores. As entidades agora devem divulgar detalhes sobre o impacto desses acordos nas obrigações financeiras e nos fluxos de caixa futuros. Esses acordos podem influenciar substancialmente o perfil de risco financeiro da entidade, especialmente no que se refere ao prazo de pagamento e às taxas de juros envolvidas. As modificações ao IFRS 7 visam garantir que as divulgações financeiras sejam mais detalhadas, permitindo aos investidores e demais stakeholders uma compreensão mais precisa do impacto desses acordos na exposição ao risco da entidade.

As alterações também incluem disposições de transição específicas para o primeiro período de aplicação anual, isentando as entidades de divulgar informações comparativas para períodos anteriores ao início da adoção dessas modificações, bem como de fornecer as informações exigidas pela IAS 7:44H(b)(ii)-(iii) no início do período de adoção.

Estas alterações não trazem impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício de 2024, uma vez que não possui operações financiamento junto a fornecedores

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, no que se refere à classificação de passivos como circulantes ou não circulantes, têm como objetivo aprimorar a clareza e consistência das práticas contábeis, promovendo maior transparência na apresentação das obrigações financeiras. Essas mudanças visam evitar ambiguidades e garantir que as entidades classifiquem suas obrigações de forma precisa, com ênfase na liquidez e solvência.

De acordo com a IAS 1, a classificação dos passivos deve ser realizada com base na expectativa de liquidação dentro de um período de 12 meses após a data de encerramento do período de reporte. Esta classificação é crucial para a avaliação da posição financeira da entidade, especialmente no que se refere à sua capacidade de cumprir obrigações de curto e longo prazo.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

A Companhia adotou as alterações à IAS 1, publicadas em janeiro de 2020, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

Alterações à IAS 1 — Apresentação das Demonstrações Financeiras — Passivo Não Circulante com Covenants

As alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras tratam da classificação de passivos não circulantes que contêm cláusulas contratuais (covenants), as quais podem afetar a capacidade da entidade de cumprir suas obrigações financeiras, impactando especialmente a liquidez e solvência. O objetivo dessas modificações é melhorar a transparência das demonstrações financeiras, proporcionando uma visão mais clara sobre como os covenants podem influenciar a classificação dos passivos como circulantes ou não circulantes.

As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants.

A Companhia avaliou e essas alterações não trazem impactos em suas demonstrações financeiras.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alteração à IFRS 16 — Arrendamentos — Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”

A recente alteração à IFRS 16 – Arrendamentos, relacionada ao Passivo de Arrendamento em transações de **“Sale and Leaseback”**, foi emitida para esclarecer a contabilização do passivo de arrendamento em situações em que um ativo é vendido, mas continua sendo arrendado pela empresa vendedora após a venda.

As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de **“sale and leaseback”** que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um **“leaseback”** que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de **“sale and leaseback”** com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de **“sale and leaseback”** que se qualifica como venda na aplicação da IFRS 15 é um passivo de arrendamento. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com a IAS 8 a transações de **“sale and leaseback”** celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS 16 pela primeira vez.

Estas alterações não trazem impactos à Companhia para o exercício de 2024, uma vez que não possui operações de **sales leaseback** no referido período. Assim, estas modificações à IFRS 16 não são aplicáveis à Companhia no presente exercício.

7.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade

As alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio, com foco na Falta de Conversibilidade, visam tratar das dificuldades enfrentadas pelas entidades em países com restrições à conversibilidade de suas moedas locais, ou seja, situações em que as entidades não conseguem facilmente converter a moeda local em uma moeda estrangeira devido a intervenções governamentais ou limitações no mercado cambial.

Essas mudanças oferecem uma orientação mais clara sobre o tratamento das flutuações cambiais em economias com limitações na conversibilidade da moeda, impactando diretamente a mensuração e conversão de moedas estrangeiras nas demonstrações financeiras. A alteração também especifica como proceder quando a conversibilidade da moeda local é restrita, como em países com controle de câmbio ou restrições de mercado.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Principais alterações incluem:

- **Definição de falta de conversibilidade:** A falta de conversibilidade ocorre quando a entidade não pode realizar transações cambiais normais ou transferir fundos devido a restrições legais ou práticas do mercado cambial.
- **Exceção ao método de câmbio padrão:** Em caso de falta de conversibilidade, a IAS 21 permite o uso de uma taxa de câmbio apropriada, em vez da taxa de câmbio de fechamento, levando em consideração as limitações de conversibilidade. A empresa pode utilizar uma taxa de câmbio refletindo as restrições do mercado, desde que siga um procedimento contábil consistente e transparente.
- **Mensuração e Apresentação:** A entidade deve adotar uma abordagem flexível para mensurar seus ativos e passivos em moeda estrangeira, garantindo transparência nas divulgações sobre as restrições cambiais e as técnicas alternativas de conversão utilizadas.
- **Impacto nas Demonstrações Financeiras:** Quando houver falta de conversibilidade, as entidades podem se afastar das práticas tradicionais de conversão, como o uso das taxas de câmbio de fechamento do mercado. No entanto, devem garantir que a abordagem adotada seja consistente, adequada e devidamente divulgada nas demonstrações financeiras.
- **Exigências de Divulgação:** A entidade será obrigada a divulgar informações detalhadas sobre as taxas de câmbio utilizadas, as dificuldades encontradas para converter a moeda local, e as restrições cambiais que afetam suas operações. Isso garantirá transparência e facilitará a compreensão dos investidores sobre as condições econômicas enfrentadas.

As alterações à IAS 21 terão efeito para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, com adoção antecipada permitida. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2024, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2025. Entretanto, a Companhia entende que a adoção destas alterações não trarão impactos as demonstrações financeiras.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, mantendo várias exigências da IAS 1, além de incorporar novas exigências. Certos parágrafos da IAS 1 foram transferidos para a IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, bem como para a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. Pequenas alterações também foram implementadas na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e na IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduz novas exigências para:

- Apresentação de categorias e subtotais na demonstração do resultado;
- Divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas; e
- Melhorias nos requisitos de agregação e desagregação de informações.

Essa mudança representa uma evolução significativa nos requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras, impactando não apenas a equipe contábil, mas também a forma como a entidade gerencia suas comunicações estratégicas, funções, responsabilidades, processos de negócios e gerenciamento de dados.

É obrigatória a divulgação de uma reconciliação, nas demonstrações financeiras anuais do período comparativo imediatamente anterior, para cada linha da demonstração de resultados, entre:

- Os valores reapresentados ao aplicar a IFRS 18; e
- Os montantes apresentados anteriormente, sob a aplicação a IAS 1 (CPC 26).

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A IFRS 18 será obrigatória para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. As alterações nas normas IAS 7, IAS 33, IAS 8 e IFRS 7 entrarão em vigor junto com a adoção da IFRS 18. A aplicação será retrospectiva, com disposições de transição específicas. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2024, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A IFRS 19, referente às Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, foi introduzida pelo IASB com o objetivo de facilitar a maneira como as subsidiárias, que não têm responsabilidade pública, realizam suas divulgações financeiras. A norma se aplica a subsidiárias que não têm por objetivo atrair capital do público, como é o caso de muitas empresas de pequeno e médio porte ou de empresas que não possuem ações negociadas em mercados públicos.

O principal objetivo da IFRS 19 é permitir que subsidiárias sem responsabilidade pública (isto é, aquelas cujas ações ou instrumentos financeiros não são negociados publicamente) se beneficiem de uma redução nas exigências de divulgação. Isso significa que elas ficam isentas de cumprir algumas das exigências mais rigorosas que são aplicadas a empresas públicas de grande porte.

A entidade pode aplicar a IFRS 19 apenas se, ao final do período de relatório:

- For uma subsidiária (incluindo uma controladora intermediária);
- Não tiver responsabilidade pública, e
- Sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis ao público, que atendam as Normas Contábeis IFRS.

Uma subsidiária é considerada responsável publicamente caso:

- Seus instrumentos de dívida ou patrimoniais sejam negociados em um mercado público, ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (incluindo bolsas de valores nacionais ou estrangeiras, ou mercados de balcão, como mercados locais e regionais); ou
- Detiver ativos fiduciários para um grupo abrangente de estrangeiros como um de seus principais negócios (exemplos incluem bancos, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos, entre outros).

Entidades que atendem aos critérios de elegibilidade podem aplicar a IFRS 19 em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária que não adotar a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas pode aplicá-la nas suas demonstrações financeiras separadas.

A norma será aplicável a partir de períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Caso a entidade opte por adotar a IFRS 19 para um período de relatório anterior à adoção da IFRS 18, deverá aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação conforme descrito no anexo da IFRS 19. Caso a adoção ocorra antes de implementar as mudanças na IAS 21, as exigências de divulgação relacionadas à Falta de Conversibilidade não se aplicarão.

A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2024, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de Mercado

Risco de câmbio

A Companhia possui um contrato de O&M (Operação e Manutenção) junto ao fornecedor AB Energy do Brasil, tal contrato é reajustado trimestralmente de acordo com o procedimento abaixo:

- Caso a taxa de câmbio sofra um aumento de até 10%, a AB Energy do Brasil garantirá à CONTRATANTE o câmbio de R\$3,00/EUR1,00;
- Caso a taxa de câmbio sofra um aumento de 10,01% a 19%, a AB Energy do Brasil reajustará o valor das peças em 50% do aumento (se 19% => 9,5%);
- Caso a taxa de câmbio sofra um aumento superior a 19,01%, a AB Energy do Brasil reajustará o valor das peças no percentual resultante da variação ocorrida, deduzidos 9,5%.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre substancialmente de instrumentos financeira expostos a taxas pós-fixadas (principalmente CDI, TJLP, SELIC, IPCA e TR). Nos ativos financeiros estão vinculados a Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) classificados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os passivos financeiros das rubricas empréstimos e financiamentos são contratados majoritariamente com taxas pós-fixadas acrescidas de um spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e mensuradas pelo seu custo amortizado.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário razoavelmente possível uma valorização ou desvalorização das taxas de juros pós- fixadas em 10% tendo como base os montantes registrados no final do exercício de 2024 (12% em 2023), conforme abaixo.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) **Risco de liquidez**

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, financiamentos de instituições financeiras brasileiras e financiamento doméstico. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispunha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2024	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	16.588	15.139	15.315	1.264	48.306	43.974
Fornecedores e outras contas a pagar	2.810	-	-	-	2.810	2.810
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	9.558	-	-	9.558	9.558
	19.398	24.697	15.315	1.264	60.674	56.342

Em 31 de dezembro de 2023	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	15.976	16.157	25.166	3.413	60.712	49.338
Fornecedores e outras contas a pagar	1.931	-	-	-	1.931	1.931
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	8.456	-	-	8.456	8.456
	17.907	24.613	25.166	3.413	71.099	59.725

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

b. **Estimativa de valor justo**

Conforme o CPC 40 (R1), "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

c. **Gerenciamento de capital**

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos, emitir novas ações ou reduzir capital.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamentos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

d. **Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2024		2023	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	VJR	1.465	1.465	3.803	3.803
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	1.161	1.161	2.310	2.310
Outras contas a receber		Custo amortizado	58	58	50	50
Total			2.684	2.684	6.163	6.163
Passivos financeiros:						
Dividendos a pagar		Custo amortizado	807	807	823	823
Fornecedores e outras contas a pagar		Custo amortizado	2.810	2.810	1.931	1.931
Mútuo a pagar a partes relacionadas		Custo amortizado	9.558	9.558	8.456	8.456
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado	43.974	43.582	49.338	49.425
Total			57.149	56.757	60.548	60.635

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 – inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação.

Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo. O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis;
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo; e
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seus valores justos correspondem aos valores contábeis;

- Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos;
- O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes;
- Os financiamentos estruturados contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

9. Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

10. Caixa e equivalentes de caixa

São compostos como segue:

	2024	2023
Caixa e bancos	229	136
Certificado de depósito bancário (CDB)	1.236	3.667
	1.465	3.803

As aplicações financeiras referem-se a Certificado de Depósito Bancário (CDB) de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI de 98,00% em 2024 (50,00% em 2023), não excedendo seus respectivos valores de mercado e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

11. Contas a receber de clientes

São compostos como segue:

	Nota explicativa	2024	2023
Cientes privados:			
Valores faturados		903	84
Medições a faturar		258	2.139
		1.161	2.223
Partes relacionadas	17	-	87
Total		1.161	2.310

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O aging list do contas a receber é composto como segue:

	2024	2023
Valores a vencer	1.161	2.183
Vencidos:		
Até 30 dias	-	127
	1.161	2.310

Em 2024 não houve provisão constituída referente a recebíveis junto a clientes privados. Não há expectativa de perdas de crédito com clientes públicos.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada está demonstrada abaixo:

	2024	2023
Saldo inicial	-	(131)
Provisão do exercício	-	(13)
Reversão do exercício	-	144
Saldo final	-	-

12. Estoques

	2024	2023
Materiais de consumo	1.160	781
	1.160	781

13. Impostos a recuperar

	2024	2023
Pis e Cofins	105	34
IRPJ	671	622
CSLL	180	180
ICMS	17	-
Outros impostos	4	-
	977	836

14. Imobilizado

O ativo imobilizado é composto como segue:

			2024	2023	
	Taxa média anual - %	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos, edificações e construção civil	5%	24.123	(3.856)	20.267	18.194
Geradores de energia	(*)	15.563	(7.506)	8.057	8.069
Máquinas e equipamentos	10%	29.795	(9.584)	20.211	22.987
Móveis e utensílios	10%	90	(35)	55	57
Equipamentos de informática	20%	100	(49)	51	70
Linhas de Transmissão Elétrica	20%	5.653	(2.662)	2.991	3.273
Imobilizado em andamento		-	-	-	5.327
		75.324	(23.692)	51.632	57.977

(*) A Usina Termelétrica e seus geradores são depreciados pelo método de horas trabalhadas, os demais são depreciados pelo método linear.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As mutações do imobilizado em 2024 e 2023 estão demonstradas conforme segue:

Custo	Saldo em 31/12/2023	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Terrenos, edificações e construção civil	21.093	-	-	3.030	24.123
Geradores de energia	15.563	-	-	-	15.563
Máquinas e equipamentos	29.970	24	(2.490)	2.291	29.795
Móveis e utensílios	84	-	-	6	90
Equipamentos de informática	140	-	(40)	-	100
Linhas de Transmissão Elétrica	5.653	-	-	-	5.653
Imobilizado em andamento	5.327	-	-	(5.327)	-
	77.830	24	(2.530)	-	75.324

Depreciação	Saldo em 31/12/2023	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Terrenos, edificações e construção civil	(2.899)	(957)	-	-	(3.856)
Geradores de energia	(7.494)	(287)	275	-	(7.506)
Máquinas e equipamentos	(6.983)	(2.601)	-	-	(9.584)
Móveis e utensílios	(27)	(8)	-	-	(35)
Equipamentos de informática	(70)	(19)	40	-	(49)
Linhas de Transmissão Elétrica	(2.380)	(282)	-	-	(2.662)
	(19.853)	(4.154)	315	-	(23.692)
	57.977	(4.130)	(2.215)	-	51.632

Custo	Saldo em 31/12/2022	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Terrenos, edificações e construção civil	6.242	4	-	14.847	21.093
Geradores de energia	15.563	-	-	-	15.563
Máquinas e equipamentos	17.183	11.969	-	818	29.970
Móveis e utensílios	76	8	-	-	84
Equipamentos de informática	131	9	-	-	140
Linhas de transmissão elétrica	5.653	-	-	-	5.653
Imobilizado em andamento	16.861	4.131	-	(15.665)	5.327
	61.709	16.121	-	-	77.830

Depreciação	Saldo em 31/12/2022	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Terrenos, edificações e construção civil	(2.276)	(623)	-	-	(2.899)
Benfeitorias em bens de terceiros	(7.494)	-	-	-	(7.494)
Máquinas e equipamentos	(4.677)	(2.306)	-	-	(6.983)
Móveis e utensílios	(19)	(8)	-	-	(27)
Equipamentos de informática	(48)	(22)	-	-	(70)
Linhas de transmissão elétrica	(2.097)	(283)	-	-	(2.380)
	(16.611)	(3.242)	-	-	(19.853)
Total	45.098	12.879	-	-	57.977

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment)

Em 2024 e 2023, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

15. Fornecedores

São compostos como segue:

	2024	2023
Fornecedores	868	1.374
Partes relacionadas – nota 17	1.736	484
	2.604	1.858

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

As obrigações por financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2024	2023
Financiamento de projetos	Pré-fixado de 2,10% a 2,20% a.a.	Jan/25 a Jun/30	43.974	49.338
	SELIC de 2,50% a 3,50% a.a. CDI + 2,70% á 3,85% a.a.			
			43.974	49.338
Circulante			14.746	11.636
Não circulante			29.228	37.702

Os financiamentos com recursos do BADESUL – Desenvolvimento S.A. Agência de Fomento/RS estão garantidos pela alienação fiduciária dos bens financiados e avais no valor de R\$ 14.074 em 31 de dezembro de 2024(R\$ 15.514 em 31 de dezembro de 2023).

Os financiamentos com recursos do BNDES, Banco ALFA e BNC Brasil são garantidos por avais e quando necessário, por fiança bancária, no valor de R\$ 29.900 em 31 de dezembro de 2024 (R\$33.824 em 31 de dezembro de 2023).

A movimentação de financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em	Captação	Juros	Pagamento	Pagamento	Saldo em
	31/12/2023			juros	Principal	31/12/2024
Financiamento de projetos	49.338	3.373	5.816	(4.404)	(10.149)	43.974
	49.338	3.373	5.816	(4.404)	(10.149)	43.974

	Saldo em	Captação	Juros	Pagamento	Pagamento	Saldo em
	31/12/2022			juros	Principal	31/12/2023
Financiamento de projetos	48.551	7.283	7.296	(6.543)	(7.249)	49.338
	48.551	7.283	7.296	(6.543)	(7.249)	49.338

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	31/12/2024	31/12/2024
2025	-	12.138
2026	13.525	12.138
Após 2027	15.703	13.426
	29.228	37.702

Em 10 de junho de 2015, a Companhia contratou financiamento no valor total de R\$19.474 junto ao BNDES. A obrigação em questão tem como prazo de pagamento 15 anos, sendo 12 meses de carência com início em 15 de junho de 2015 e término em 15 de junho de 2016, mais amortização em 168 prestações mensais e sucessivas com início em 15 de julho de 2016 e término em 15 de junho de 2030.

O financiamento foi destinado à implantação e instalação da Usina Termoeletrica da Companhia, geradora de energia elétrica a partir do biogás originado pelos resíduos depositados em aterro sanitário.

Cláusulas Contratuais (Covenants)

Os covenants são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

determinados indicadores de desempenho e de endividamento.

O contrato firmado com o BNDES contém covenants que estabelecem requisitos financeiros no qual deverão ser cumpridos.

O índice estabelecido pelo BNDES a ser apurado pela garantidora e fiadora Solvi Participações S.A. estão demonstrados abaixo:

Indicadores	2015	2016	2017	A partir de 2018
Dívida Líquida / EBITDA	≤ 4,8	≤ 4,2	≤ 3,5	≤ 3,0
Dívida total / Ativo total	≤ 0,58	≤ 0,55	≤ 0,52	≤ 0,5

17. Partes relacionadas

A remuneração da Administração é realizada pela parte relacionada CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A..

Os saldos a receber e a pagar e as transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 são demonstrados a seguir:

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Solvi Essencis Ambiental S.A.	-	-	58	45	(453)	(506)
Revita Engenharia S.A.	-	87	-	44	44	(101)
Termoverde Salvador S.A.	-	-	-	-	(23)	-
Termoverde Caieiras Ltda.	-	-	-	-	(74)	9
CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos S.A.	-	-	1.678	395	(1.527)	(2.113)
	-	87	1.736	484	(2.033)	(2.711)
Mútuos						
CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos S.A.	-	-	9.558	8.456	(1.247)	(133)
	-	-	9.558	8.456	(1.247)	(133)
Total	-	87	11.294	8.940		
Circulante	-	87	1.736	484		
Não circulante	-	-	9.558	8.456		

Outras transações com partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas registradas no ativo circulante referem-se, substancialmente, à receita com prestação de serviço operacional e aos serviços compartilhados administrativos e financeiros às respectivas partes relacionadas.

As contas a pagar de partes relacionadas registradas no passivo circulante referem-se, substancialmente, à serviços tomados operacional e serviços compartilhados, administrativo e financeiro às respectivas partes relacionadas.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação de mútuos

Movimentação de mútuos no passivo:

Saldo em 01 de janeiro de 2023	<u>-</u>
Captação	8.907
Juros	141
Pagamento de juros	(15)
Pagamento do principal	(577)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>8.456</u>
Juros	1.249
Pagamento de juros	(147)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>9.558</u>

18. Dividendos a pagar

A composição de dividendos segue demonstrada abaixo:

Dividendos a pagar	2024	2023
Revita Engenharia S.A.	620	620
C.F.C.R (Riograndense Participações S.A.)	187	203
	<u>807</u>	<u>823</u>

19. Provisões

São compostos por provisões para contingências como segue:

	<u>Trabalhista</u>
Saldo em 31/12/2023	<u>-</u>
Adições	64
Saldo em 31/12/2024	<u>64</u>

Além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, o montante correspondente a outros processos movidos contra a Companhia com prognóstico estimado de perda possível, totaliza R\$54 (R\$1.038 em 31 de dezembro de 2023), os principais processos com estimativa de perdas possível referem-se substancialmente às ações de natureza trabalhista. Em 2024 foram registradas provisões de demandas com risco provável em R\$64.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social

Os efeitos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos no resultado, são apresentados como seguem:

	2024	2023
Diferenças temporárias:		
Provisões contingências	23	-
Provisão de participações no resultado	20	5
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	43	5
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	43	5

A reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e das participações no resultado	(11.138)	633
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	3.787	(215)
Incentivos	-	4
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Não constituição de diferido – Ausência de expectativa de realização	(3.884)	-
Outras diferenças permanentes	135	43
Provisão para imposto de renda e contribuição social	38	(168)
Corrente	-	(118)
Diferido	38	(50)
Alíquota efetiva	0,33%	26,46%

21. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e bens, é de R\$10, dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço médio unitário de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 19 de abril de 2024, foi realizado o aumento do capital social da Companhia em R\$7.850, com a criação de 7.850 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de subscrição de R\$1 (um real) cada ação, O capital social da Companhia passa dos seu atuais R\$10, para R\$7.860.

As novas ações ordinárias serão integralmente subscritas por todos os acionistas, proporcionalmente à sua participação acionária na Companhia, e integralizadas em moeda corrente nacional até 31 de dezembro de 2024, e o montante de R\$2.600 encontra-se em capital social a integralizar e foi totalmente integralizado em 2025 conforme nota explicativa 30.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece que do lucro líquido, uma parcela de no mínimo, 40% serão destinadas ao pagamento mínimo obrigatório.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(11.100)	465
Reserva legal - 5%	-	-
Base para distribuição mínima	-	465
% dividendos mínimos obrigatórios	40%	40%
Dividendos distribuídos exercício corrente	-	186

22. Receita operacional líquida

São compostos como segue:

	2024	2023
Clientes público	535	596
Clientes privados	16.665	25.643
Total receita bruta	17.200	26.239
Deduções sobre as vendas:		
PIS	(278)	(428)
COFINS	(1.280)	(1.971)
ICMS	(85)	(252)
Total de deduções sobre vendas	(1.643)	(2.651)
Receita líquida	15.557	23.588

23. Custo dos serviços prestados

São compostos como segue:

	2024	2023
Salários e encargos	(1.657)	(1.299)
Aluguel	(685)	(519)
Depreciações	(4.151)	(3.240)
Materiais aplicados nos serviços	(5.938)	(5.479)
Serviços de terceiros (a)	(4.522)	(4.213)
Créditos fiscais (b)	997	1.667
Energia elétrica	(3.073)	(871)
Licenças e taxas	(67)	(58)
Outros custos de produção	(591)	(596)
	(19.687)	(14.608)

(a) As principais naturezas de serviços de terceiros são referentes a manutenção dos equipamentos de geração e transmissão de energia.

(b) Os créditos fiscais referem-se substancialmente a créditos de PIS e COFINS sobre insumos.

24. Despesas comerciais

São compostos como segue:

	2024	2023
Provisão/(reversão) para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa	-	131
Patrocínios, brindes e doações (*)	64	(1)
Propaganda e publicidade	-	(18)
	64	112

(*) Saldo credor em 2024 refere-se a reembolso ocorrido no exercício.

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Despesas administrativas

São compostos como segue:

	2024	2023
Remuneração direta mão de obra	(3)	-
Depreciação	(3)	-
Materiais	(19)	-
Serviços de Terceiros (a)	(23)	(8)
Tributos, Seguros e Contribuições	-	(1)
Viagens e Estadias	(2)	-
Despesas serviços compartilhados	(610)	(506)
Outros	(59)	-
	(719)	(515)

(a) Serviços de terceiros referem-se basicamente a serviços administrativos prestados entre partes relacionadas conforme nota explicativa nº15.

26. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

São compostos como segue:

	2024	2023
Outras receitas (despesas) eventuais	1.515	(90)
Resultado venda de imobilizado	(117)	-
Provisões para contingenciais	(64)	-
Despesas com contingenciais	(11)	-
Pis e Cofins sobre outras receitas	(13)	(25)
	1.310	(115)

27. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

São compostos como segue:

	2024	2023
Receitas juros sobre contratos	-	7
Rendimentos sobre aplicações financeiras	243	404
Juros recebidos e descontos obtidos	-	101
Outras receitas financeiras	4	28
Total receitas financeiras	247	540
Despesas bancárias	(360)	(690)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	(1.249)	(141)
Despesas com multas e moras financeiras	(328)	(18)
Tributos sobre movimentações financeiras	(158)	(224)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.816)	(7.296)
Total despesas financeiras	(7.911)	(8.369)
Total	(7.664)	(7.829)

28. Cobertura de Seguros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a cobertura dos seguros contratados pela Companhia estava composta da seguinte forma:

	2024	2023
Seguro patrimonial	32.309	31.789
Responsabilidade civil geral	10.000	32.500
	42.309	64.289

Biotérmica Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Compromissos futuros

Atualmente encontra-se em vigor contratos de curto prazo com as empresas CRVR, BC Energia, Safira, COMERC Energia, Prime Energy, Eneva e América com vencimento até dezembro/24 e com as empresas Migratio, Safira, América, BC Energia, Prime Energy, COPREL e Ecom com vencimento até dezembro/25.

Além dos compromissos comerciais, a Biotérmica possui um contrato de O&M (operação e Manutenção) para operação e manutenção de toda a usina termoeletrica, prezando pela boa continuidade e segurança de suas operações. O contrato possui em 31 de dezembro de 2024, um custo de R\$100,16/MWh

30. Evento subsequentes

Em 28 de fevereiro de 2025, foi realizada a integralização de capital de social da Companhia no valor de R\$2.600, pelos acionistas, proporcionalmente à sua participação acionária. O capital social da Companhia passa a ser totalmente subscrito e integralizados